

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Notas Explicativas



PLENA SAÚDE LTDA

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sede da Sociedade tem como objetivo social:

A PLENA SAÚDE LTDA., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo e tem como objeto social a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, de forma exclusiva, em observância ao artigo 34 da Lei nº. 9.656/98, classificada como medicina de grupo de atenção médico-hospitalar.

Está registrada como Operadora de Planos de Saúde na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 34.883-0 e classificada na ANS como Operadora de porte médio, por possuir mais de 20.000 e menos de 100.000 beneficiários.

As atividades da Operadora estão concentradas na sua matriz localizada na cidade de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas e premissas pelo menos a cada encerramento de exercício.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras:

a) Reconhecimentos das contraprestações e eventos indenizáveis líquidos

O resultado das operações (receitas e custos) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte:

- **Contraprestações pecuniárias (receitas):** são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma “pro-rata” dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante PPCNG-Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas, conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- **Eventos indenizáveis líquidos (custos):** são os serviços prestados pelos profissionais, por hospitais e clínicas conveniadas e são reconhecidas pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos (data do aviso), juntamente com a constituição da PEONA - Provisão para Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados.

b) Moeda Funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Operadora atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$).

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não vinculadas a provisões técnicas

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas

Essas aplicações financeiras estão vinculadas a ativos garantidores e tem como objetivo o lastro do total das provisões técnicas, e do excedente da dependência operacional, mediante sua vinculação à ANS - Agência Nacional da Saúde Suplementar. As aplicações financeiras estão classificadas no ativo circulante por possuírem prazo mínimo de 180

dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo “Caixa e equivalentes de caixa”, por não possuírem previsão de resgate imediato, sem risco significativo de mudança de valor.

e) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, em contrapartida à conta de resultado de Contraprestações efetivas (receitas) de operações de assistência à saúde para os planos médico-hospitalares. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias (pessoa física) e mais de 90 dias (pessoa jurídica), em função dos créditos em aberto por natureza de beneficiário. A Administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira.

f) Investimentos

O investimento societário é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da investida.

g) Ativos imobilizados

Registrados ao custo de aquisição, formação, adicionados dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante desenvolvimento de projetos. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, que se aproximam da vida útil econômica dos ativos. O item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício em que surgiram. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos

intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) / IAS 36, é efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: **(i)** verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e **(ii)** medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020.

j) Eventos a liquidar com operações de assistência à saúde

Os eventos a liquidar com operação de assistência à saúde, são registrados no passivo com base no efetivo recebimento das faturas de prestadores de serviços. Também estão incluídos nesta rubrica, outros custos de pessoal e de outras despesas, inclusive parcela destinada à cobertura de valores a pagar por eventos ocorridos até a data do balanço patrimonial.

k) Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG

Contraprestação Não Ganha apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento.

l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Operadora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, os encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação são prováveis que ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Empréstimos e financiamentos

São atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são apropriados em despesas financeiras dentro do período de competência.

n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

o) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Operadora são classificados sob as seguintes categorias: **(1)** Ativos financeiros ao valor justos por meio do resultado; **(2)** Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e **(3)** Empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros-ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem numerário em caixa, Saldos positivos em conta movimento e as Aplicações financeiras com liquidez imediata.

(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem especificamente as Aplicações Financeiras Garantidoras a Provisões Técnicas, as quais são: (i) Classificadas desde a data aplicação e a data do resgate no vencimento e (ii) Mensuradas ao custo de aquisição amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

Passivos Financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários, apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações financeiras. Esses passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Em 31 de dezembro de 2020, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

q) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14.1, a Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) retrata garantia de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. Foi calculada através do resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo Atuário responsável pela nota técnica.

r) Provisão passiva para ações judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

s) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 7.

t) Vida útil dos bens dos ativos imobilizados e intangíveis

A Operadora revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAXA

	2020	2019
Caixa e Bancos	1.512.338	920.708
Total	<u>1.512.338</u>	<u>920.708</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS GARANTIDORAS A PROVISÕES TÉCNICAS

	2020	2019
Aplicações garantidoras a provisões técnicas	8.250.937	10.700.765
Total	<u>8.250.937</u>	<u>10.700.765</u>

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde, para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIVRES

	2020	2019
Aplicações em renda fixa CDB/CDI e Fundos de Invest.	10.919.592	9.039.189
Total	<u>10.919.592</u>	<u>9.039.189</u>

Fundo de investimentos: Os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Certificados de depósito interbancário: São representados por títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário.

7. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

	2020	2019
Planos coletivos – pessoa jurídica	844.127	1.052.284
Planos individual/familiar – pessoa física	1.053.085	3.359.545
(-) Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(468.456)	(331.556)
Total	1.428.756	4.080.273

A composição das contas a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	2020	2019
A vencer	764	2.711.499
Vencido até 30 dias	1.146.893	1.353.561
Vencido de 31 a 60 dias	266.608	21.652
Vencido de 61 a 90 dias	17.155	-
Vencido há mais de 90 dias	465.792	325.117
Total	1.897.212	4.411.829

Provisão Para Perdas Sobre Créditos (PPSC), é constituída pelas faturas de beneficiários pessoa física em atraso há mais de 60 dias, e faturas de beneficiários pessoa jurídica em atraso há mais de 90 dias.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os saldos são compostos por Imposto de Renda e Contribuição Social retidas sobre prestação de serviços, sobre aplicações financeiras e pagamentos antecipados.

	2020	2019
IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica	570.677	719.857
CSL – Contribuição social sobre o lucro	236.362	120.065
Outros impostos e contribuições	45.517	370.039
Total	852.556	1.209.961

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2020	2019
Adiantamentos diversos	7.005.710	556.185
Outros títulos a receber	78.774	
Despesas antecipadas	93.200	70.731
Total	<u>7.177.684</u>	<u>626.916</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Substancialmente, os depósitos judiciais foram realizados para fins de questionamentos por conta de cobranças efetuados pelo SUS (Sistema Único da Saúde), sendo que tais processos se encontram em andamento e não foram julgados ou transitados. Os valores em garantia vêm sendo atualizados pelo indicador de poupança TR (Taxa Referencial). A Operadora mantém provisionado no passivo circulante e não circulante a totalidade dos eventos conhecidos relacionados ao SUS, conforme nota explicativa nº 14.1.

11. INVESTIMENTOS

Composição do investimento societário do Hospital Previna Ltda.:

	2020
Capital social	14.000.000
Patrimônio líquido	23.244.246
Percentual de participação	32%
Resultado da equivalência patrimonial	(9.509.403)
Saldo do investimento	<u>7.438.159</u>

Movimentação do investimento societário do Hospital Previna Ltda.:

	2020
Saldo inicial	<u>-</u>
Valor patrimonial contábil adquirido	2.139.981
Ágio ao valor justo	14.807.581
Equivalência patrimonial	(9.509.403)
Saldo final	<u>7.438.159</u>

Subsequentemente em sessão de 19 de fevereiro de 2021 da Junta Comercial do Estado

de São Paulo, foi registrado a redistribuição do capital social para A Plena Saúde Ltda., com 100%

12. IMOBILIZADO

11

	Taxa anual deprec.	2020		2019	
		Custo de Aquisição	Depreciação Impairment Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Edificações	4%	1.500.000	(484.951)	1.015.049	1.075.043
Instalações	10%	83.492	(27.690)	55.802	64.149
Máquinas e equipamentos	10%	7.017.052	(485.953)	6.531.099	3.432.401
Equipamentos de informática	20%	2.615.028	(1.282.663)	1.332.365	1.340.684
Móveis e utensílios	10%	1.426.836	(398.364)	1.028.471	919.995
Veículos	20%	545.250	(289.005)	256.245	355.297
Benfeitorias	10%	2.977.930	(526.135)	2.451.795	2.457.820
Total		16.165.588	(3.494.760)	12.670.828	9.645.389

Considerando as características e valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica do imobilizado, a Operadora procedeu à análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado.

Movimentação do imobilizado

	2020	2019
Saldo inicial	9.645.389	6.065.394
(+) adições	4.298.526	4.554.136
(-) baixas	(4.689)	-
(-) depreciações	(1.268.398)	(974.141)
(+) ajuste a valor justo	-	-
Saldo	12.670.828	9.645.389

13. INTANGÍVEL

	Taxa anual amort.	2020		2019
		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Intangível Líquido
Sistema de informação	20%	247.139	(204.940)	91.628
Total		247.139	(204.940)	91.628

Movimentação do intangível

	2020	2019
Saldo inicial	91.628	141.056
(+) adições	-	-
(-) baixas	-	(41.601)
(-) amortizações	(49.429)	(7.827)
Saldo	42.199	91.628

14. PROVISÕES TÉCNICAS E EVENTOS DE OP. DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

14.1. Provisões técnicas

	2020	2019
Provisões Técnicas		
Provisão para contraprestações emitidas e ã ganhas – PPCNG (i)	3.125.888	2.713.016
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – SUS (ii)	1.702.733	1.823.304
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – REDE CREDENCIADA (iii)	1.223.276	3.098.887
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)	3.656.751	368.418
Total de provisões técnicas – passivo circulante	9.708.648	8.003.625

	2020	2019
Provisões Técnicas		
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – SUS (ii)	5.186.177	5.153.459
Total de provisões técnicas – passivo não circulante	5.186.177	5.153.459

(i) Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG: Conforme normas da ANS, referem-se as contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde que são contempladas as parcelas da (PPCNG) de forma “pró-rata-die” e são apuradas as parcelas de prêmios ou contribuições não ganhas, em contrapartida as receitas de contraprestações são reconhecidas no período de vigência contratual.

(ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS – o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação das

operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde, no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. Sua composição é a seguinte:

Data Base	Classificado	ABI x % hc	Débitos Pendentes	Débitos Parcelados	TOTAL
Dez/2020	Passivo Circ.	1.036.925	379.953	285.855	1.702.733
Dez/2020	Pas. não Circ.	-	5.186.177	-	5.186.177
Dez/2019	Passivo Circ.	936.804	850.770	35.730	1.823.304
Dez/2019	Pas. não Circ.	-	5.153.459	-	5.153.459

(iii) Provisão de Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde – representa os eventos indenizáveis decorrente de contas médicas ou de avisos de prestações de serviços apresentados à Operadora.

(iv) Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Estimada para o pagamento dos eventos que já tenham ocorrido, mas que ainda não são de conhecimento da operadora na data do Balanço. A Operadora reconhece essa provisão através do resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo atuário responsável pela nota técnica.

14.2. Ativos garantidores (vinculados e lastreados às provisões técnicas e operações médico-hospitalares)

	2020	2019
Ativos garantidores vinculados		
(+) Aplicações financeiras garantidoras	8.250.937	10.700.765
(+) Aplicações financeiras livres c/Lastro PESL	-	-
(+) Depósitos judiciais (i)	5.186.177	5.153.459
(=) Total ativos garantidores	13.437.114	15.854.224
(-) Provisão prêmios/contraprestações não ganhas	-	-
(-) Provisões técnicas (PEONA)	(3.656.751)	(368.418)
(-) Ressarcimento SUS – ABI	(1.036.925)	(936.804)
(-) Ressarcimento SUS – débitos parcelados	(285.855)	(35.730)
(-) Ressarcimento SUS – débitos pendentes	(5.566.130)	(6.004.228)
(-) PESL - (<=30/60dias)	(1.223.276)	(3.098.887)
(=) Total das provisões técnicas	(11.768.937)	(10.444.067)
(=) Suficiência (insuficiência) dos ativos garantidores	1.668.177	5.410.157
(=) Suficiência dos ativos em %	14,17%	51,80%

(i) Depósitos judiciais ao SUS: Em 2020 a Operadora manteve os depósitos judiciais,

estão representados no valor originário e foram efetuados para garantia em juízo de ações de execuções promovidas pelo órgão regulador. Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, podem ser deduzidos do cálculo da necessidade de ativos garantidores, os depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos.

14.3. PMA – Patrimônio mínimo ajustado e Margem de solvência

Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Operadora procedeu ao cálculo do Patrimônio Mínimo Ajustado, considerando a Região de atuação, classificação e segmentação.

Patrimônio mínimo ajustado	2020	2019
Região de atuação = 4		
Medicina de grupo/ST		
Segmento:		
Fator K utilizado (a)	25,81%	25,81%
A partir de Julho de 2020 Fator K * R\$ 8.977.014 (base 2019 = R\$ 8.789.792)	2.316.967	2.268.645
Patrimônio a ser comparado com patrim. o mínimo ajustado		
(+) Patrimônio líquido	25.205.861	20.630.001
(+) Passivos exigíveis a longo prazo decorrente de renegociação de tributos federais, estaduais e municipais, devidamente formalizados e pactuados com o ente credor.		
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.	(1.134.115)	(1.134.115)
(+) Passivo tributário classificados no passivo não circulante		
(-) Despesas antecipadas	(93.200)	(70.731)
(-) Ativo intangível	(42.199)	(91.628)
(=) Patrimônio apurado para PMA e MS	23.936.347	19.333.527
Suficiência sobre o Patrimônio Líquido Ajustado – PMA	21.619.380	17.064.882

(a) O fator “K” é definido pelo enquadramento da Operadora. A Plena Saúde está enquadrada no segmento terciário ST: as que dependem, em sua rede própria, menos de 30% (trinta por cento) do custo assistencial relativo aos gastos em serviços médicos ou hospitalares referentes a seus Planos Privados de Assistência à Saúde.

O Patrimônio Mínimo Ajustado da Operadora é superior ao mínimo exigido.

	2020	2019
Margem de solvência		
Contraprestações - preço pré-estabelecido - últimos 12 meses	139.297.533	122.514.205
Eventos indenizáveis líquidos - preço pré-estabelecido média anual últimos 36 meses	77.205.581	74.201.587
Valor I - 20% das Contraprestações Líquidas	27.859.507	24.502.841
Valor II - 33% dos Eventos indenizáveis Líquidos	25.477.842	24.486.524
Margem de solvência apurada	27.859.507	24.502.841
Margem de solvência exigida	23.758.587	19.087.713
PMA – Patrimônio Mínimo Ajustado	23.936.347	19.333.527
Suficiência (insuficiência) da margem de solvência	177.760	245.814

14.4. Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos / familiares pós Lei 9.656/1998

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos de Assistência Médico-Hospitalar, em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01/2013, referente aos planos firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consultas Médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Total
2020 Rede contratadas	27.158.968	18.733.213	5.765.520	13.285.036	2.050.630	66.993.367
2019 Rede contratadas	14.755.946	43.063.488	1.144.022	25.885.314	2.871.543	87.720.313

15. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2020	2019
Impostos e contribuições		
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	3.894.427	1.056.833
CSL - Contribuição social sobre o lucro	1.390.131	222.552
ISS - Imposto sobre serviços	275.736	187.035
INSS - Contribuição previdenciária	387.100	196.342
FGTS - Fundo de garantia	49.647	58.449
COFINS e PIS	967.092	719.670
Parcelamentos de tributos	343.278	
Outros impostos e contribuições	312	538
Total	7.307.723	2.441.419
Impostos e contribuições retidos na fonte		
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Funcionários	98.361	86.764
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	24.474	38.447
ISS - Imposto sobre serviços Retido na Fonte	29.342	66.153
INSS - Contribuição Previdenciária Retido na Fonte	5.318	4.505
CSRF - Contribuições Retida na Fonte	78.361	118.279
Total	235.856	314.148
Total de Tributos e Encargos Sociais a Recolher	7.543.579	2.755.567
Passivo circulante	7.543.579	2.755.567
Passivo não circulante		-

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Capital de giro – conta garantida

Instituição	Tipo	Encargos Financeiros	Saldos dos Empréstimos	
			31/12/20	31/12/19
Bradesco	Conta garantida	10,3803% a.a.	998.901	1.028.824
Safra	Conta Garantida	4,09% a.a.	987.182	-
TOTAL			1.986.083	1.028.824
Parcela do circulante			1.986.083	1.028.824
Parcela do não circulante			-	-

17. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	398.811	494.616
Tributárias	-	-
Cíveis	794.935	976.603
Total	<u>1.193.746</u>	<u>1.471.219</u>
Passivo circulante	14.118	160.506
Passivo não circulante	1.179.628	1.310.713

A Operadora é parte em outras ações cujo risco de perda é classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores externos e Administração, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	-	724.046
Cíveis	1.252.773	225.638
Total	<u>1.252.773</u>	<u>949.684</u>

A Administração da Operadora entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras, ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. **Capital social** - O capital social subscrito e integralizado corresponde:

	% Participação	QUOTAS	R\$ 2020
José Luiz Ranieri	80%	12.279.002	12.279.002
Sueli Aparecida A. Ranieri	20%	3.069.750	3.069.750
Total		<u>15.348.752</u>	<u>15.348.752</u>

18

O Capital Social de R\$ 15.348.752 está totalmente subscrito e integralizado, estando representado por 15.348.752 quotas no valor unitário de R\$ 1 cada.

19. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

As Contraprestações Líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma pró-rata dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante, Provisão para Contribuições Não Ganhas, conforme normas da ANS. As contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde, deverão contemplar parcela da (PPCNG) Provisão para Contribuições Não Ganhas, relativo ao período de cobertura do risco de assistência dos contratos com modalidade de pré-pagamento, sendo revertidas às Contraprestações Líquidas mediante cobertura pro-rata dia.

20. EVENTOS INDENIZÁVEIS

Os eventos indenizáveis líquidos, consistem no conhecimento de custos com serviços médicos, de acordo com termos de relações contratuais com nossa rede credenciada, relativos a atendimentos, consultas, exames, e demais procedimentos médicos, com remuneração baseada em tabela de procedimentos vigentes. Os valores são registrados de acordo com os avisos recebidos.

	2020	2019
Sinistralidade		
Contraprestações Líquidas	139.297.533	122.514.205
Eventos indenizáveis Líquidos	(66.993.367)	(87.720.313)
Sinistralidade	<u>48,09%</u>	<u>71,60%</u>

Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida em 2019 e 2020

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MEDICO HOSPITALAR (grupo 411)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2020	2019	2020	2019
1 - Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei				
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei		42.625.631	1.572.062	1.506.898
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei		27.555.485		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
Total		70.181.116	1.572.062	1.506.898

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Despesas com pessoal próprio	(10.655.462)	(10.738.685)
Despesas com serviços de terceiros	(2.618.465)	(2.283.697)
Despesas com localização e funcionamento	(2.262.199)	(3.411.444)
Despesas com publicidade e propaganda	(1.865.174)	(2.383.753)
Despesas com tributos e taxas	(553.757)	(550.729)
Despesas administrativas diversas	(3.199.068)	(3.129.770)
Despesas com multas	(350.623)	-
Despesa com depreciação/amortização	(1.317.826)	(1.023.569)
Total	(22.822.574)	(23.521.647)

22. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Operadora, totalizam no período de 2020, o valor de R\$ 277.195 (R\$ 589.248 em 2019), que estão apresentados na rubrica "Honorários da Administração", na demonstração do resultado do exercício.

23. RESULTADO FINANCEIROS LÍQUIDOS

	2020	2019
Receitas financeiras	1.505.475	4.100.958
Despesas financeiras	(1.071.898)	(1.128.715)
Total	433.578	2.972.243

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro – corrente

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada, está apresentada a seguir:

	2020	2019
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.985.347	6.608.610
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Adições	11.863.106	3.380.310
(-) Exclusões	(484.614)	(2.099.431)
(-) Compensação do prejuízo fiscal		
Base de cálculo	21.363.839	7.889.489
Imposto de renda	(5.232.810)	(1.883.370)
Contribuição social apurada	(1.950.140)	(710.054)
Total de IRPJ e CSLL	(7.182.950)	(2.593.424)

b) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro – diferido – Créditos tributários e diferidos

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social diferida está apresentada a seguir:

	2020	2019
Demonstrativo resumido - apuração das diferenças temporárias		
Adições temporárias		
Provisão para contingências trabalhistas		60.445
Provisão para contingências cíveis		
Provisão para contingências tributárias		
Provisão para perda sobre contraprestações	490.230	270.667
(=) Total adições temporárias	490.230	331.112
Exclusões temporárias		
Reversão da provisão para contingências cível	(35.280)	
Reversão da provisão para contingências trabalhistas	(96.005)	(1.984.100)
Reversão da provisão para perda sobre contraprestações	(353.330)	(85.331)
(=) Total exclusões temporárias	(484.615)	(2.069.431)
(=) Base de apuração (diferenças temporárias)	5.615	(1.738.319)
(=) Total IRPJ e CSLL 34% diferidos sobre difer. temp.	1.909	(591.028)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
(=) Total IRPJ e CSLL 34% diferidos sobre prej. fiscais	-	-
(=) Total IRPJ e CSLL diferido - exercício	1.909	(591.028)

Movimentação dos créditos tributários diferidos – Ativo:

	2020	2019
Saldo Inicial	1.134.115	2.191.929
(+) Adições no período	1.909	-
(-) Realização do período	-	(1.057.814)
Saldo final	1.136.024	1.134.115

25. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Operadora contrata operações envolvendo instrumentos financeiros e todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros, é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles, sendo monitorada pela Administração da Operadora.

b) Aplicações financeiras

De acordo com a Política de Aplicações Financeiras estabelecida, a Administração da Operadora elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

c) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos quando incorridos, são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Em 31 de dezembro de 2019, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

d) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A atividade da operadora expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Operadora concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Operadora contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

d.1) Risco de mercado

A Operadora está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de

flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Operadora decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Operadora tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

d.2) Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para perdas sobre créditos”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

d.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Operadora, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Operadora, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Gestão de capital

Os objetivos da Operadora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Operadora, para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

e) Valores de mercado

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos quando incorridas, são atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado.

26. SEGUROS

A Operadora adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Operadora tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado, coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes aquelas realizadas com terceiros.

	2020	2020	2019	2019
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Partes relacionadas				
Previna diagnósticos médicos	6.323.276	-	-	1.726.807
Total	6.323.276	-	-	1.726.807

28. CAPITAL REGULATÓRIO

	2020
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	23.936.347
Capital Base (CB)	2.316.967
Margem de Solvência (MS)	20.894.630
Capital Baseado em Riscos (CBR)	9.848.335
Risco de Crédito (CRC)	1.669.364
Risco de Subscrição (CRS)	8.906.962

A Operadora optou pela adoção do novo Capital Baseado em Risco (CBR), determinado pelo Anexo IV da RN 451 de 2020, encaminhando a ANS o Termo de Compromisso, comprometendo-se a enviar periodicamente informações para cálculo do capital na mesma data do envio do DIOPS. Nesse caso, a operadora poderá utilizar antecipadamente o CBR a partir do último dia do trimestre referente à data do protocolo do Termo.

Atualmente, os parâmetros para cálculo do capital baseado no risco de subscrição (CRS) e do capital baseado no risco de crédito (CRC) estão detalhados, respectivamente, no

Anexo III da RN 451 de 2020 e Anexo III-A da RN 451 de 2020.

Com a RN nº 451/20, a ANS torna obrigatória a adoção do capital baseado em riscos como um dos parâmetros para a definição do capital regulatório, abandonando a regra atual de margem de solvência a partir de final de 2022.

Migra-se de uma abordagem alicerçada no cálculo de fatores simples para outra que contemple os fatores de exposição a riscos que afetam cada um dos agentes regulados. A regra adaptará a ANS a recomendações e práticas internacionais e domésticas.

Com a antecipação, para as operadoras em escalonamento, há um congelamento da margem de solvência em percentual fixo de 75% da exigência, e a exigência de capital observará a fórmula abaixo:

Capital Regulatório = Máx [(75% da MS); (CBR); (CB)]

Para as operadoras em escalonamento e que optaram pela antecipação do CBR, logo, até 28 de fevereiro de 2021, o capital regulatório (CR) da operadora será o maior entre CB, 75% da margem de solvência e CBR conforme exigência para o risco de subscrição.

São Paulo/SP, 31 de dezembro de 2020

JOSE LUIZ RANIERI
DIRETOR
C.P.F. :019.259.738-83
R.G. :6305115

VANESSA DA SILVA SAMPAIO
CONTADORA
C.P.F. :873.641.312-72
C.R.C. :SP-325009/O-8